

A ENGIE não pode colonizar a Terra de Miranda



A ENGIE prepara-se para avançar com a instalação massiva de parques fotovoltaicos e torres eólicas na Terra de Miranda.

Não se trata de desenvolvimento. Não se trata de progresso. Trata-se da continuação de uma estratégia de saque, agora disfarçada de transição energética.

Depois das barragens, a ENGIE vem agora tentar ampliar a sua atividade extrativa a outros recursos da Terra de Miranda como sejam o sol e o vento.

Primeiro sugaram-nos a energia da água. Agora querem apropriar-se também da força do nosso vento e da luz do nosso sol.

Estes recursos pertencem à Terra de Miranda e ao seu povo. Não podem continuar a ser explorados, vendidos e transformados em lucros de biliões de euros.

A ENGIE quer fazer da Terra de Miranda uma colónia energética. Quer transformar o Planalto Mirandês num imenso estaleiro industrial ao serviço dos seus lucros. Quer ocupar o nosso território, alterar a nossa paisagem, destruir solos, vegetação, fauna, flora e equilíbrio natural, enquanto a riqueza produzida segue para fora. Para cá ficam os impactos. Para cá ficam os danos. Para cá ficam as cicatrizes. O dinheiro, esse, parte a voar.

Estes projetos produzirão biliões de euros em energia elétrica. Biliões gerados com recursos que são nossos, em território que é nosso, à custa da paisagem que herdámos, da agricultura que sustenta famílias, da biodiversidade que nos pertence e da dignidade de uma região que há décadas é tratada como periferia descartável.

A ENGIE, que nem os impostos municipais quer pagar (devendo à Terra de Miranda e ao país mais de 500 milhões de euros), num dos negócios mais vergonhosos da história recente, vem agora apresentar-se como dona do nosso futuro. Não é dona, nunca foi e nunca será.

Quem deve 500 milhões ao país não tem autoridade moral para falar em transição energética. Quem nunca pagou o que deve não tem o direito de pedir licença para ficar com mais.

O povo da Terra de Miranda não pode continuar a ser espoliado dos seus recursos naturais. Água, vento e sol não são património gratuito de multinacionais. São recursos do território, da comunidade e das gerações futuras. Quem explora tem de pagar. Quem lucra tem de compensar. Quem destrói tem de reparar.

A Terra de Miranda merece mais do que promessas ocas. Se houver projetos de energia renovável neste território, que sejam projetos que respeitem a paisagem, o ambiente e a identidade do Planalto Mirandês, decididos por quem aqui vive, e não por quem nos vê apenas como fundo de quintal da transição energética dos outros. Que gerem emprego real. Que garantam uma partilha justa, proporcional e vinculativa da riqueza produzida com os recursos desta terra.

A qualquer empresa ou promotor que queira operar aqui, dizemos com clareza: venham com respeito, venham com propostas sérias, venham dispostos a partilhar e haverá conversa. Venham como a ENGIE tem vindo, com arrogância, com dívidas por saldar e com desprezo pela nossa autonomia, e encontrarão uma terra que não se deixa dobrar.

Não nos calam.

Não nos calaremos.

A Terra de Miranda não está à venda; a sua paisagem não é descartável; os seus recursos não são gratuitos e o seu povo não é invisível.

A Terra de Miranda exige respeito, justiça e uma compensação proporcional à riqueza que aqui se produz. Exige que essa riqueza sirva, antes de tudo, quem aqui vive, quem aqui trabalha e quem aqui resiste.

O futuro da nossa terra pertence-nos.

Terra de Miranda, 11 de maio de 2026